



**CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA:

Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

ISAIAS SILVA DOS SANTOS

**“É A PARTE QUE TE CABE NESTE LATIFÚNDIO”:
A LUTA PELA TERRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO,
DONA INÊS/PB**

(MONOGRAFIA)

GUARABIRA/PB

2017

ISAIAS SILVA DOS SANTOS

**“É A PARTE QUE TE CABE NESTE LATIFÚNDIO”: A LUTA PELA TERRA E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA
INÊS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC -
Monografia), do curso de Licenciatura
Plena em Geografia, da Universidade
Estadual da Paraíba, sob a orientação do
prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

GUARABIRA/PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins

S237e Santos, Isaiás Silva dos

É a parte que te cabe neste latifúndio: [manuscrito] : a luta pela terra e as políticas públicas no projeto de assentamento Sítio, Dona Inês/PB / Isaiás Silva dos Santos. - 2017.

46 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Belarmino Mariano Neto, Departamento de Geografia".

1. Luta pela Terra. 2. Políticas Públicas.3. Assentamentos. I. Título.

21. ed. CDD 910

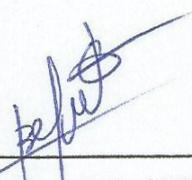
ISAIAS SILVA DOS SANTOS

**“É A PARTE QUE TE CABE NESTE LATIFÚNDIO”: A LUTA PELA TERRA E
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO,
DONA INÊS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC - Monografia), do curso de
Licenciatura Plena em Geografia, da
Universidade Estadual da Paraíba,
sob a orientação do prof. Dr.
Belarmino Mariano Neto.

FOLHA DE APROVAÇÃO

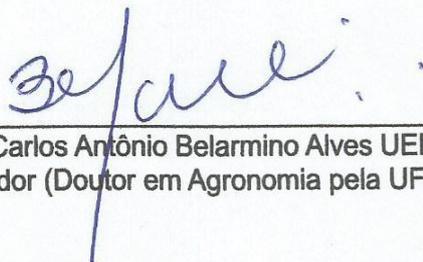
Aprovada em: 12/05 /2017.



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto / UEPB-CH-DG
Orientador – Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG



Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda UEPB/CH/DG
Examinadora (doutora em Agronomia UFPB/Áreia)



Prof. Dr. Carlos Antônio Belarmino Alves UEPB/CH/DG
Examinador (Doutor em Agronomia pela UFPB/Áreia)

Guarabira/PB - 2017

Ao Deus Altíssimo, fonte de toda sabedoria. A minha esposa, Gislaine Costa Santos.

Aos meus pais, João de Deus e Maria das Dores.

Aos meus dois irmãos, José André e Alexandre.

As minhas quatro irmãs, Maria das Graças, Simone , Cláudia e G

A todos os assentados do Projeto de Assentamento

Sítio, onde vivi por vinte anos. **DEDICO**

AGRADECIMENTOS

Ao Deus altíssimo, na qual devo toda minha vida, saúde, força, fé e coragem, vigor e discernimento. Pela sua infinita misericórdia e grandiosa graça. Agradeço.

Aos meus pais João de Deus e Maria das Dores, que com suas mãos posta no cabo da enxada e na vassoura souberam me dar dignidade e educação. Esses que há quase trinta anos atrás arriscaram suas próprias vidas, lutando pela desapropriação da Fazenda Sítio, no intuito de sustentar toda a família e que lutam até hoje para ver meu sucesso. Sou eternamente grato.

A minha amada e querida esposa que tanto amo, Gislaine Costa Santos. Que sabe o real sentido do viver a dois, que procura sempre dar o seu melhor, fazendo até o quase impossível só para agradar-me, por sua paciência, companheirismo e acima de tudo por me amar e apoiar em todos os momentos da minha vida, meu muito obrigado.

A todos meus familiares que sempre me deram força e apoiaram nesta caminhada. Especialmente a minha irmã Maria das Graças e seu esposo Severino, que cederam sua casa em um período de quase dois anos, para poder efetivar este sonho de concluir uma licenciatura.

Agradeço aos professores Luciene Arruda e Carlos Belarmino pelo pronto compromisso em avaliar o trabalho. Em nome dos quais registro agradecimentos aos professores da Geografia, aos mestres que estiveram em minha formação desde o primário até esse momento de graduação.

Obrigado, ao orientador Belarmino Mariano Neto, que desde o começo deste curso esteve presente em minha vida acadêmica ministrando aulas, palestras e agora orientando-me neste trabalho. Pela paciência, dedicação e sempre fazendo suas colocações que foram determinantes para formulação deste trabalho.

Ao todos os funcionários e professores da UEPB Campus III, que sempre procuraram dar seu melhor para um bom aprendizado de todos. Em especial a professora Luciene Arruda que foi mais que uma professora, foi uma amiga que esteve sempre nos apoiando em nossos projetos, aos professores Tiago e Leandro Paiva que através de suas aulas me instigou a trabalhar esta temática. Deixo meu muito obrigado.

A turma 2012.1 noite, vocês sempre estarão em minhas orações. Agradeço, pela amizade e companheirismo de todos (a). principalmente aos amigos, Edson Felipe, Adailma Cristina e José Genilson que sempre estávamos juntos nos

seminários e trabalhos em grupo, compartilhando tanto conhecimento, como também alegrias e tristezas.

Agradeço a família Igreja Assembleias de Deus Ministério de Madureira Campo Passa e Fica/RN, pela força e oração ao meu favor, que o nosso Deus os recompense.

A todos os meus colegas e moradores do Projeto de Assentamento Sítio que sempre fizeram parte da minha vida, Serei sempre grato.

Agradeço a todos que fizeram parte deste trabalho de alguma forma e por falha minha esqueci de nomear. Como também a todos aqueles que contribuíram para a formulação deste trabalho, órgãos das três esferas de governo, Associação da Fazenda Sítio, e assentados que cederam muitas fontes.

“Eis aqui o SENHOR teu Deus tem posto esta terra diante de ti; sobe, toma posse dela, como te falou o SENHOR Deus de teus pais; não temas e não te assustes.”

(Deuteronômio.1.21)

TÍTULO: “É A PARTE QUE TE CABE NESTE LATIFÚNDIO”: A LUTA PELA TERRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA INÊS/PB.

LINHA DE PESQUISA: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

AUTOR: Isaias Silva dos Santos – Matrícula: 121436659

ORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto/ UEPB-CH-DG

EXAMINADORES: Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda UEPB/CH/DG

Prof. Dr. Carlos Antônio Belarmino Alves UEPB/CH/DG

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma pequena análise sobre a luta pela terra e as políticas públicas no PA Sítio (Projeto de Assentamento Sítio), Dona Inês/PB. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) Mostrar como se deu o processo de desapropriação da Fazenda Sítio, no município de Dona Inês/PB; b) Discutir a respeito das Políticas Públicas que existem no dito assentamento; c) Abordar até que ponto essas Políticas Públicas contribuem para a melhoria da vida dos assentados; d) Sugerir propostas que possam servir para uma eventual melhoria do PA Sítio, Dona Inês/PB. A escolha do tema deu-se pela necessidade de mostrar que só se fazer reforma agrária em massa não é solução, como alguns estudiosos dizem. É preciso que haja uma manutenção dos assentamentos após sua consolidação, para que este possa, de fato, se perpetuar como agente transformador de uma sociedade. Dessa forma, necessitamos de um meio rural dinâmico e organizado, que tenha uma educação de qualidade, voltado ao campo. Este trabalho é tanto bibliográfico, quanto documental, como também uma pesquisa de campo. Neste último, utilizamos entrevistas e conversas informais, para subsidiar o trabalho que foi realizado. O PA Sítio está situado no município de Dona Inês/PB, abrange cerca de 1.813 hectares de terra (MOREIRA, 1997, p. 657). A sede da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Sítio está a 6 Km de quilômetros da cidade de Dona Inês/PB e abriga um total de 82 famílias inscritas no sistema de informações de projetos de reforma agrária. Segundo constam os assentados e Moreira (1997), o processo de desapropriação e emissão de posse, da Fazenda Sítio, foi longo e marcado por um longo conflito entre o proprietário da fazenda e seus moradores e arrendatários. Por fim, Pudemos observar que houve uma significativa melhora na infraestrutura desta localidade após a efetivação do Projeto de Assentamento Sítio.

PALAVRAS-CHAVE: Luta pela terra; Políticas Públicas; Assentamentos.

TITLE: "IT'S THE PART THAT YOU KNOW ON THIS LATIFÚNDIO": THE FIGHT FOR THE EARTH AND THE PUBLIC POLICIES IN THE PROJECT OF SITE SETTING, DONA INÊS / PB.

LINE OF RESEARCH: Agrarian Space: spatial reorganization and labor relations

AUTHOR: Isaias Silva dos Santos - Enrollment: 121436659

ORIENTER: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto / UEPB-CH-DG

EXAMINERS: **Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda UEPB / CH / DG**

Prof. Dr. Carlos Antônio Belarmino Alves UEPB / CH / DG

SUMMARY

The objective of this work is to make a small analysis about the struggle for land and public policies in the PA Site (Project of Settlement Site), Dona Inês / PB. To do so, we draw the following specific objectives: a) To show how the process of expropriation of Fazenda Sítio, in the municipality of Dona Inês / PB, was given; B) To discuss about the Public Policies that exist in said settlement; C) To consider the extent to which these Public Policies contribute to the improvement of the lives of the settlers; D) To suggest proposals that could serve for a possible improvement of PA Sítio, Dona Inês / PB. The choice of theme was due to the need to show that only mass agrarian reform is not a solution, as some scholars say. There must be a maintenance of the settlements after their consolidation, so that it can, in fact, perpetuate itself as a transforming agent of a society. In this way, we need a dynamic and organized rural environment, which has a quality education, focused on the countryside. This work is both bibliographical and documentary, as well as a field research. In the latter, we used interviews and informal conversations to subsidize the work that was done. The PA Site is located in the municipality of Dona Inês / PB, covering approximately 1,813 hectares of land (MOREIRA, 1997, p. 657). The headquarters of the Rural Workers' Association of Fazenda Sítio is located 6 km from the city of Dona Inês / PB and houses a total of 82 families enrolled in the information system for agrarian reform projects. According to the settlers and Moreira (1997), the process of expropriation and issuance of possession, Fazenda Sítio, was long and marked by a long conflict between the owner of the farm and its residents and tenants. Finally, we could observe that there was a significant improvement in the infrastructure of this locality after the implementation of the Site Settlement Project.

KEYWORDS: Struggle for land; Public policy; Settlements.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Projetos de Assentamentos na Microrregião do Curimataú Oriental no Contexto do Agreste paraibano.	25
FIGURA 02	Escola abandonada na localidade do Sítio Caco, PA Sítio, Dona Inês/PB	32
FIGURA 03	Escola Municipal Ver. José Candido de Araújo na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.	32
FIGURA 04	Área de recreação coberta, (ao fundo) e galpão, na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.	33
FIGURA 05	Sede da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Sítio, na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.	33
FIGURA 06	Casa de farinha em péssimo estado de conservação, a única que funciona no assentamento. Localidade de Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB	36
FIGURA 07	Cultivo da mandioca no lote do sr. João de Deus na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.	36
FIGURA 08	Vista panorâmica da produção agrícola na localidade do Sítio Seró no período de 2004.	37
FIGURA 09	Vista panorâmica da produção agrícola na localidade do Sítio Seró no período de 2015.	37
FIGURA 10	Criação da pecuária bovina no lote do senhor João de Deus na localidade de Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.	38
FIGURA 11	Criação pecuária ovina no lote do senhor Jurací na localidade do Sítio Seró, PA Sítio, Dona Inês/PB.	38
FIGURA 12	Cisterna de placas do Projeto ASA (Articulação no Semi – Árido Brasileiro) no lote do senhor João de Deus, na localidade de Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB, 2017.	39
FIGURA 13	Cisterna comunitária feita de muro – situada na sede da associação na localidade de Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB, 2017.	39
FIGURA 14	Açude comunitário quase seco e assoreado que abastece todo assentamento e a cidade de Dona Inês/PB, entre a localidade de Sítio Pimenta e Sítio Seró, PA Sítio, Dona Inês/PB	40
FIGURA 15	Açude comunitário quase seco, construído em 2012 pela prefeitura Municipal de Dona Inês/PB, na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.	40

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1	Principais culturas encontradas e cultivadas no Projeto de Assentamento Sítio no período de 2017.	35
QUADRO 2	Atrativos turísticos no PA Sítio, localidades do PA Sítio e eventuais práticas de turismo/2017.	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
PA Sítio	Projeto de Assentamento Sítio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo da Paraíba
MST	Movimento dos Sem Terras
CPT	Comissão Pastoral da Terra
STR/DN	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dona Inês
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
CGU	Controladoria Geral da União
CUT	Central Única dos Trabalhadores
LDB	(Lei de Diretrizes e Bases da Educação)
SR/PB	Superintendência Regional da Paraíba
FETAG/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
DNOCS	Departamento Nacional de Obras e Combate a Seca
ANA	Agência Nacional de Águas
ASA	Articulação no Semiárido
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA.....	19
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS.....	21
2.2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	22
3 RESULTADOS E DISCURSÕES.....	24
3.1 HISTORICIDADE E CONFLITOS DO PA SÍTIO ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO.....	26
3.2 POLITICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS NO PA SÍTIO.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A questão da luta pela terra e da má distribuição fundiária tem sido um assunto muito debatido ao longo da história do Brasil. Scolese (2005) afirma que, desde a criação das Leis da Terra, em 1850, até hoje, o Brasil conheceu vários conflitos, que foram determinantes para a formação do campesinato brasileiro. Podemos citar como exemplo marcante, a Guerra de Canudos, que sucedera no Nordeste, especificamente no interior da Bahia, no período de 1893 e 1897, sob a liderança de Antônio Conselheiro que procuravam, entre outras coisas, a igualdade de direitos sobre a terra (SCOLESE, 2005).

A luta pela terra traz consigo marcas, ranhuras e cicatrizes que jamais poderão ser apagadas da história deste país. É uma série de depoimentos marcados por sangue e sofrimento. Vivemos em uma terra, em que desde a sua colonização, está sendo irrigada pelo sangue de indivíduos que querem somente tirar seu sustento da terra. Sonhos que são reduzidos ao pó, devido à violência por parte dos “donos do chão”, maiores latifundiários do nosso país.

No Nordeste brasileiro esta luta intensificou-se principalmente com as Ligas Camponesas e com a criação de alguns movimentos sociais, como: MST (Movimento do Sem Terras), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), CUT (Central Única dos Trabalhadores), dentre outros. Esses foram determinantes para primeiras ocupações de terras no estado da Paraíba, principalmente no final da década de 1980, quando os conflitos se alastraram por todo o estado (MORISSAWA, 2001).

Um pouco antes dos conflitos se intensificaram no estado da Paraíba, em 1986 na cidade de Dona Inês/PB, especificamente na Fazenda Sítio, uma árdua batalha, com um grande latifundiário e político da Microrregião do Curimataú paraibano estava tomando forma. Mais tarde, casos como estes seriam corriqueiros em todo estado. Neste período, dezenas de famílias se reuniam para lutar “por um pedaço de chão” (MOREIRA, 1997) que pudessem labutar. Buscavam, entre outras coisas, a liberdade e a igualdade, como também, uma vida em que não fossem obrigados a viver em total submissão ao dono da fazenda.

No tocante as pesquisas sobre o tema para Dona Inês/PB, destacamos pesquisas monográficas de autores como Moreira (1997) e Silva (2006), que pesquisaram especificamente sobre o assentamento, o que nos levou à ideia de

continuidade dos estudos sobre a questão agrária, agora enfocando também sobre às políticas públicas.

Apesar dos camponeses da Fazenda Sítio terem conquistado a terra que tanto almejavam, não está sendo fácil conviver com o descaso público das três esferas governamentais. Por isso, focaremos nossa pesquisa tanto na luta pela conquista da terra, quanto nas políticas públicas que ali são aplicadas e que são relevantes para o desenvolvimento socioeconômico, não só deste assentamento, como de qualquer outro.

No que se refere às políticas públicas Cano (1994) afirma que, esse assunto só passou a ser considerado relevante para nossa sociedade depois do período pós-trinta, quando vários debates acerca desta questão passaram a ser discutida. Para Secchi (2013, p. 02), política pública “[...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nesse sentido, destacamos que as políticas públicas voltadas aos interesses agrários ou a reforma agrária, são diretrizes criadas pelo Estado para resolver os problemas de uma parcela da população que vive em conflito em um determinado local do país.

Segundo Fernandes *apud* França (2001 p: 23-24), “o Brasil está entre as dez nações com o maior índice de desigualdade social e econômica do globo terrestre”. Isso se dá, devido uma série de fatores históricos/sociais, que estão extremamente ligadas às políticas públicas que deveriam ser de caráter permanente e eficaz, para assim, oferecer uma melhor qualidade de vida aos assentados de qualquer lugar do país.

Neste contexto, conhecer como se dá o processo de concentração fundiária, como ocorre a distribuição de terras no Brasil e como as políticas públicas são aplicadas nos assentamentos, é de extrema importância, para podermos entender uma série de fatores que fazem do nosso país uma nação tão desigual. Diante disso, nossa pesquisa partirá de um pressuposto do local para o global, ou seja, iremos analisar como se dá o processo de desapropriação e como as políticas públicas são designadas aos assentamentos, tomando como objeto de estudo o Projeto de Assentamento Sítio na cidade de Dona Inês/PB. Assim, poderemos compreender, mesmo que de maneira sucinta, os porquês de estarmos nas estatísticas dos países mais desiguais do mundo.

O objetivo geral com a pesquisa foi de analisar a luta pela terra e as políticas públicas no assentamento Fazenda Sítio, Dona Inês/PB. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) Mostrar como se deu o processo de desapropriação da Fazenda Sítio, no município de Dona Inês/PB; b) Discutir a respeito das Políticas Públicas que existem no dito assentamento; c) Abordar até que ponto essas Políticas Públicas contribuem para a melhoria da vida dos assentados; d) Sugerir propostas que possam servir para uma eventual melhoria do Projeto de Assentamento Sítio, Dona Inês/PB.

No referido trabalho, foi feita uma análise a respeito dos conflitos que aconteceram na Fazenda Sítio na cidade de Dona Inês/PB no período de 1980-1991, até a tão almejada desapropriação, como também, uma breve investigação de algumas políticas públicas existentes no assentamento em questão.

A escolha do tema deu-se pela necessidade de mostrar que só se fazer reforma agrária em massa não é solução, como alguns estudiosos dizem, pois a agricultura familiar trava uma disputa ferrenha, por espaço, com o agronegócio, que, a cada dia, expande seus territórios e mecaniza seus negócios, deixando como consequência, milhões de famílias desabrigadas em todo país, obrigando-as, a se dirigirem para os grandes centros urbanos, onde só lhe restam os lugares periféricos.

Segundo o INCRA (2016), (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), existem 9.256 assentamentos em todo o país, ocupando uma área total de 88.314.857 hectares. Na Paraíba, há 308 assentamentos distribuídos em uma área de 288.942,81 hectares, difundida para 14.529 famílias. Em Dona Inês/PB, são apenas cinco assentamentos divididos em uma área equivalente 5.307 hectares distribuídos para 218 famílias, pouco em se comparando com a população de Dona Inês, que segundo o IBGE (2017), havia pouco mais de 10.500 habitantes no ano de 2010. Diante disso, podemos compreender que a distribuição dos recursos voltados ao desenvolvimento agrário não é distribuído de forma igualitária, pois o número de famílias assentadas é grande, se comparando com o número de pessoas que trabalham nos órgãos responsáveis pelos assentamentos.

A falta de descentralização das políticas públicas, a corrupção, a falta de pessoal de apoio dentro dos órgãos governamentais, a mão de obra desvalorizada, o despreparo dos presidentes dos assentamentos, a falta de compromisso por parte

dos governos, as questões políticas, tudo isso, entre outros, têm contribuído significativamente para o abandono dos assentamentos, ou seja, para um mal funcionamento dessa política de governo. Segundo o INCRA (2016), uma área de assentamento rural é:

Basicamente, o assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2016).

Sabemos que, uma das características de um assentamento, como acima supracitada, é a distribuição dessas glebas a famílias sem condições econômicas. Então, torna-se necessário trabalharmos este assunto, tanto no que se refere à luta, quanto na distribuição igualitária das políticas públicas destinada a essas áreas, pois é uma utopia que uma família que viva exclusivamente da terra, cuja mão de obra é rudimentar, se desenvolva economicamente, se não houver um apoio técnico e financeiro por parte daqueles que detêm o poder.

Portanto, trata-se de uma questão atual e que faz parte do nosso dia a dia. Diante disso, necessitamos de um meio rural dinâmico e organizado, que tenha uma educação de qualidade, voltada ao campo. Precisamos de uma saúde assistencialista e presente no meio da comunidade, e que possa haver um destino adequado para os resíduos produzidos por esta parcela da população. É necessário uma assistência, no que se refere às questões ambientais e agrícolas, para dar suporte aos agricultores, e observar como estão sendo produzidos os alimentos que vão para a mesa do povo brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

A discussão concernente à questão agrária não é assunto novo em nossa sociedade. A luta pela posse sobre a terra tem sido causa de muitos conflitos desde a colonização do nosso país, como afirma Moreira (1990 P. 01)

No momento em que a posse da terra foi ameaçada, os índios abandonaram seu comportamento passivo e, em alguns casos, de colaboração, e passaram a lutar contra expropriação de suas terras e a dominação de seu povo dificultando a conquista da Paraíba e retardando a subordinação do espaço paraibano às leis que regem a exploração colonial (MOREIRA, 1990 P. 01 acesso em http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html).

Esta luta dos índios, pela posse da terra, se perdurou ao longo da história do Brasil. Podemos afirmar que esta semente, de lutar pelo que é seu de direito, foi plantada muito antes das lutas dos camponeses na década de 1960, pela criação e efetivação dos sindicatos rurais. Vêm desde nossos antepassados, os indígenas. Diante deste pressuposto podemos confirmar o que diz Sousa (2008) “A sociedade brasileira é profundamente marcada pelo autoritarismo e possui sérias dificuldades para assimilar a noção de direitos ou mesmo de democracia, resultando em uma resistência para assimilar a existência social do conflito”. O autoritarismo neste caso, veio dos portugueses que tentaram impor seus ideais nos índios que aqui viviam e isso perpassou de forma exacerbada ao longo dos anos na cultura brasileira.

Durante o domínio dos maiores possuidores de terras sobre os menores (escravos negros, indígenas, imigrantes), surgiram muitos debates a cerca do poderio econômico e social e político dos grandes latifundiários brasileiros e viu-se a necessidade de se fazer uma reforma agrária ampla que pudesse beneficiar toda população. Daí em diante podemos dizer que foi o estopim para os conflitos entre latifundiários e moradores, arrendatários, meeiros, entre outros, na metade do século XX até os dias atuais.

E para se falar de reforma agrária é preciso atentar para seu significado, pois assim entenderemos mesmo que de maneira sucinta a razão pela qual é um assunto tão debatido e estudado. O Estatuto da Terra – (Lei nº 4504/64) define reforma agrária como: “Art. 1º§ 1º Considera-se Reforma Agrário o conjunto de medidas que

visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” Strazzacappa, também ressalta a importância da reforma agrária como agente transformador da sociedade.

A reforma agrária deve ser ampla e participativa para todos. O pequeno agricultor precisa sentir que está trabalhando numa terra que é sua, garantida pela constituição brasileira e vinculada à geração de um projeto social, não ao enriquecimento e ostentação de pouco (STRAZZACAPPA, 2008, p. 23).

Apesar de muitas lutas, conflitos, mortes e torturas o Brasil jamais conheceu uma reforma agrária em massa, bem verdade que falta de força de vontade dos menos favorecidos que não foi, mas, porque a maioria daqueles que detêm o poder são, ainda hoje, os que regem e possuem o domínio sobre a lei. Apesar dos grandes entraves, a tão sonhada reforma agrária têm acontecido em alguns lugares pontuais no Brasil, porém a falta de Políticas Públicas tem deixado, muitas vezes, esta parcela da população ainda a mercê dos que detêm o poder político em que está inserido um determinado assentamento rural (CHIAVENATO, 2004)

A violência têm varia faces. É preciso conhecê-la além da sua aparência. [...] os espancamentos e as mortes expressam um conteúdo social que explode contra os fracos e oprimidos, em nome da prepotência dos que detêm os privilégios sociais e políticos (CHIAVENATO, 2004 p.10).

A reforma agrária por si só já é considerada uma política pública, porém, vale ressaltar, que para um assentamento conseguir se desenvolver economicamente e socialmente, precisa de uma política de governo capaz de manter toda esta estrutura agrária e isso só é possível graças às políticas públicas voltadas para os assentamentos que são muitas vezes restritas a muitos assentados, pois esses, muitas vezes, não possuem um conhecimento em relação a estas políticas.

Segundo o INCRA (2016) as famílias que recebem o lote de terra se comprometem em trabalhar-la e explorá-la para seu sustento, utilizando somente a mão de obra familiar. Afirma ainda que, essas famílias contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. A princípio sim, só que, se formos observar quem vive exclusivamente da mão de obra rudimentar na agricultura, vamos perceber que a realidade vivida pelos assentados é muito diferente da que acima citamos. Os créditos oferecidos pelo governo servem apenas para afundar

ainda mais o trabalhador braçal nas dívidas, a infraestrutura, na maioria das vezes, é limitada e ultrapassada, uma educação e uma saúde eficaz, quase não estão presentes nos assentamentos.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS

Em se tratando das políticas públicas, CANO (1994) relata que, esse assunto só passou a ser considerado relevante para nossa sociedade depois do período pós-trinta, quando vários debates acerca desta questão passaram a ser discutida. Soares (2006) cita os dados **I Censo de Reforma Agrária do Brasil**, na qual traz uma série de informações a respeito das políticas públicas voltadas aos assentamentos do Brasil.

Segundo o IBGE (2017) e o INCRA (2016) apud Chiavenato (2004) “Na zona rural, 82,2% da população não tem água encanada e 96,7% não tem esgoto, 59,4% não conta sequer com fossas rudimentares, 91,37% não tem fossas sépticas.” (CHIAVENATO, 2004, p. 10). Já de acordo com a análise de Soares (2006) às fontes de água utilizada nos assentamentos são predominantemente de poços (46,07%), riachos (14,17%) e as fontes provenientes das cacimbas (13,02%), sendo que, em sua maioria, se encontra em estados desumanos e que muitos, dos assentados, não possuem as mínimas condições no que se refere à segurança hidrosanitária.

No Brasil às políticas voltadas à habitação são minguadas. Para Soares (2006) apenas 22,99% dos assentados possuem casas de alvenaria e a maioria das famílias vive em barracos de madeira e casas de taipa. O sistema de distribuição de energia melhorou bastante nos últimos anos, porém na segunda metade da década de 90, época em que a pesquisa foi elaborada, a maioria das famílias, principalmente do norte e Nordeste, ainda usavam o óleo *diesel* como fonte de energia, diferentemente do centro-sul, que usava a energia elétrica.

A saúde, por sua vez, era muito precária, as mínimas condições de saúde não eram oferecidas nos assentamentos do nosso país, 55,9% apresentavam como doenças mais frequentes a gripe, verminose e diarreia. Isso porque, as condições

mínimas de saneamento básico, nos assentamentos, eram e continuam sendo, quase que inexistentes em nosso país.

Esta precariedade reflete também na educação do campo, apesar do censo citado por Soares (2006) não relatar sobre esta problemática. Porém, sabemos que esta educação, que está sendo oferecida aos assentados, não é voltada aos camponeses, uma vez que, hoje não temos um ensino dirigido à agricultura familiar, onde se preservam os valores socioambientais da comunidade, mas temos o ensino voltado ao agronegócio, onde só se produz para exportação e não para alimentar o povo brasileiro.

O fato é que os beneficiários das políticas de Reforma Agrária, em nosso país, estão às margens da maioria do poder público. Os assentamentos rurais atualmente estão estruturados em um modelo de política excludente, resumindo-se apenas ao acesso a posse de terra (SOUSA, 2013).

Não podemos negar que, muitas vezes, o governo federal através do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), destina recursos para subsidiar os assentamentos, porém a corrupção é algo que está nas entranhas da sociedade brasileira. Diante disso, podemos constatar que os recursos muitas vezes são oferecidos, pelo governo federal, porém esses são barrados por aqueles que deveriam assistir os assentados. Enquanto isso, milhões de famílias vivem sem assistência, dependendo apenas de sua força de vontade de trabalhar a terra, enfrentado na maioria das vezes um, *déficit* na educação, na saúde, no saneamento básico, na infraestrutura, e no apoio técnico e financeiro, em nosso país.

2.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta discussão foi feito um recorte cronológico no que se referem às lutas pelas terras no Brasil, já que, trata-se de uma problemática com um tema tão extenso. Foram expostos alguns fatos históricos, relacionados com a organização fundiária do nosso país, como também uma análise das políticas públicas existentes no PA Sítio.

Em se tratando da metodologia utilizamos a pesquisa empírica com a observação direta, que norteou a pesquisa referente à luta pela conquista da terra no PA Sítio e como as políticas públicas agrárias existentes nesta localidade são distribuídas para os assentados, faz-se necessário entendermos, de antemão, como se dá o processo de luta e desapropriação, para depois partirmos para o campo, na qual colhemos informações relevantes para a conclusão desta pesquisa.

Este trabalho é tanto bibliográfico, quanto documental, como também uma pesquisa de campo. Neste último, utilizamos entrevistas e conversas informais, para subsidiar o trabalho que foi realizado. Foram utilizados alguns documentos relevantes para a efetivação deste trabalho, como: Estatuto da Terra (1964), o Decreto de Lei que regulamentou o Assentamento Sítio, assim como, alguns dados que podemos encontrar somente no IBGE (2017) e INCRA (2018).

No tocante às pesquisas sobre o tema para Dona Inês/PB, destacamos pesquisas monográficas de autores como Moreira (1997) e Silva (2006) que pesquisaram especificamente sobre este assentamento, o que nos levou a ideia de continuidade dos estudos sobre a questão agrária, agora enfocando também sobre as políticas públicas. Também usaremos como base teórica alguns autores que são pesquisadores da questão agrária do nosso país, como (MOREIRA 1997), (MARISAWA, 2001), (SCOLESE, 2005), (SOARES (2006), (STRAZZACAPPA, 2006), (CHIAVENATO, 2011) entre outros). Consultamos também, *sites* oficiais das três esferas de governo, como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), Ministério da Saúde, Sindicato dos Trabalhadores rurais de Dona Inês/PB, EMATER, dentre outros.

Foram feitos registros de imagens, entrevistas com os agricultores e acompanhamento das ações dos assentados ao longo do estudo. As fotografias e as conversas com os assentados permitiram a constituição do capítulo quatro que trata sobre os resultados e discussões sobre a questão agrária e a ocupação da terra até a estruturação do Assentamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PA Sítio é uma das unidades agrárias do município de Dona Inês e os trabalhos campais, bem como os dados levantados pela CPRM (2005) (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), que elaborou um diagnóstico hídrico sobre o município de Dona Inês permitiu-nos afirmar que, assim como Dona Inês, o PA Sítio, no que se refere aos aspectos fisiográficos, está inserido:

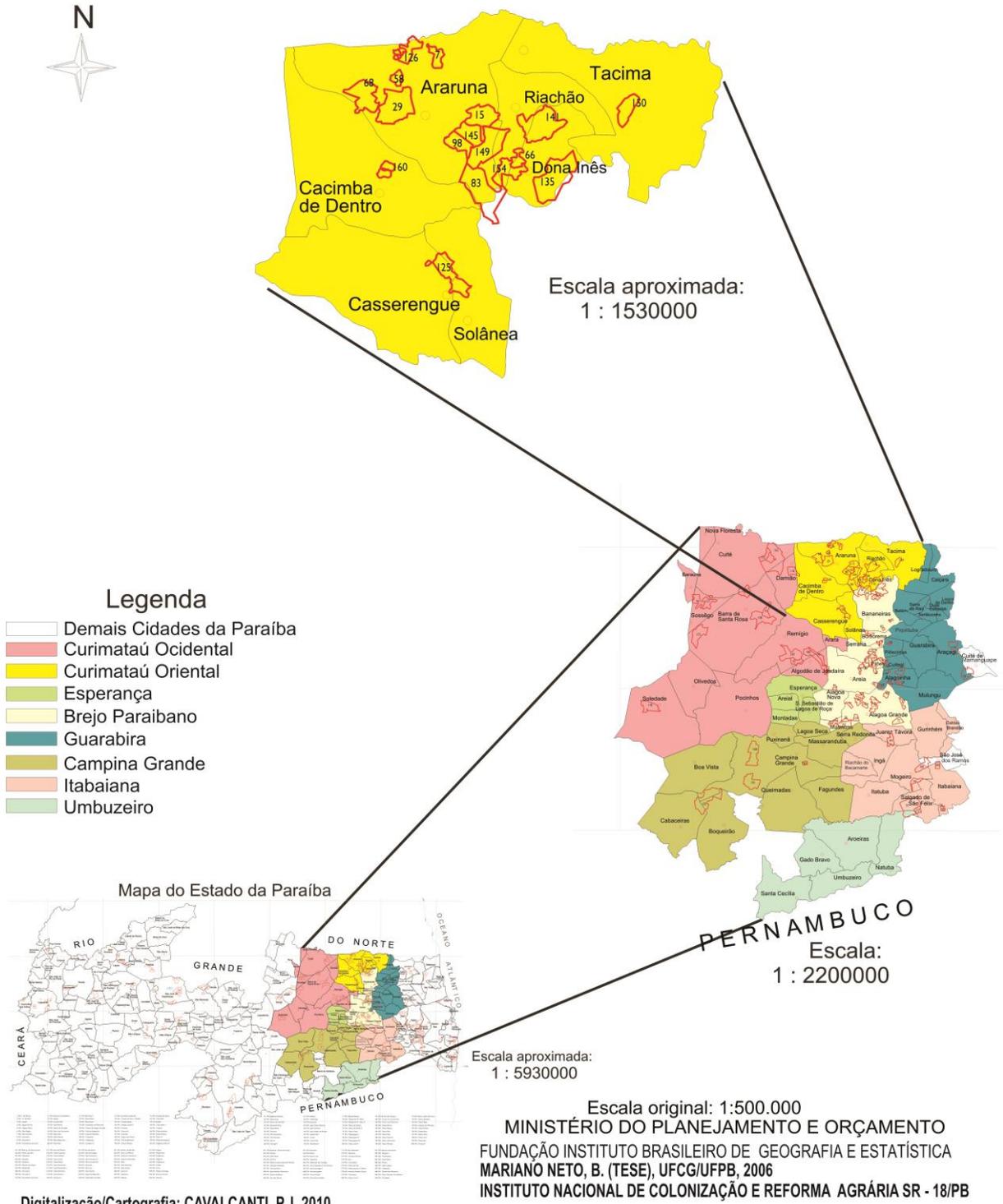
[...] na unidade geoambiental dos Serrotes, Inselbuergues e Maciços Residuais, As áreas dessa unidade situam-se em altitudes de 200 a 500 metros, compreendendo elevações geralmente formadas por grandes penhascos rochosos, que ocorrem em algumas áreas das planícies dos sertões de Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nos piemontes dessas elevações são freqüentes os solos profundos e de alta fertilidade natural. A vegetação é de *Caatinga Hipoxerófila*, com pequenas áreas de *Florestas Caducifólia*. (CPRM, 2005. p. 03).

Ainda de acordo com a referência supracitada o território de Dona Inês pertence às unidades litoestratigráficas do cenozóico, neoproterozóico e paleoproterozóico. O PA Sítio está situado no município de Dona Inês/PB, abrange cerca de 1. 813 hectares de terra (MOREIRA. 1997. P. 657). A sede da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Sítio está a 6 Km de quilômetros da cidade de Dona Inês/PB e abriga um total de 82 famílias inscritas no sistema de informações de projetos de reforma agrária (acordão TCU 75/2008) e vivem praticamente da agricultura de subsistência e pecuária.

Sua história de formação não é diferente de muitos assentamentos do Brasil, foi conquistada através de muita fé, luta e perseverança. O resumo desta história está inscrita em taboas de madeira que encontramos no templo católico, que foi erguido no lugar onde os conflitos foram mais intensos, em memória deste acontecimento. O resumo dos conflitos aqui relatados foi baseado nestes escritos, como também em algumas conversas com os assentados.

Segundo constam os assentados e Moreira (1997), o processo de desapropriação e emissão de posse, da Fazenda Sítio, foi longo e marcado por um longo conflito entre o proprietário da fazenda e seus moradores e arrendatários. Como todo conflito houveram momentos de tensão e ataques diretos as famílias, bem como a destruição de seus roçados. No contexto estadual, o Assentamento Sítio localiza-se no Agreste e na Microrregião do Curimataú Oriental, mapeado com o número 135 (FIGURA 01):

Projetos de Assentamentos Microrregião do Curimataú Oriental - Fonte: INCRA SR-18/PB



Fonte: Extraído de Mariano Neto, 2010.

Como podemos observar, tanto na Mesorregião do Agreste, quanto na Microrregião do Curimataú Oriental, existe o registro de centenas de Projetos de

Assentamentos da Reforma Agrária. O PA Sítio, identificado sob o número 135 é uma das maiores unidades territoriais, no limite com mais Assentamentos que se localizam ao Norte do município de Bananeiras, na Microrregião do Brejo Paraibano.

Mariano Neto (2010), mapeou todo o Agreste paraibano, identificando as áreas exatas que possuíam projetos de assentamentos, reconhecidos pelo INCRA, até o ano de 2010. Esse estudo focou na ideia de “Territórios de Esperanças”, em parceria com pesquisas da professora Emília Moreira, UFPB/CNPq, também no mesmo período.

3.1 HISTORICIDADE E CONFLITOS DO PA SÍTIO ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Os conflitos pelas terras no município de Dona Inês dão-se início desde os meados da década de 1960. Assim como no Brasil, em todo município, havia camponeses lutando pela posse sobre a terra e pela efetivação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Este conflito passou a ser chamado de Ligas Camponesas. Muitos desses agricultores foram ameaçados, espancados, procurados, presos e torturados pelos que detinham o poder econômico e político da cidade e região. As ameaças sempre partiam dos latifundiários e políticos influentes. No caso o Sr. Joaquim Cabral de Melo, ex-prefeito da cidade de Dona Inês/PB.

Das Ligas Camponesas que ocorreram no Município de Dona Inês, houve a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, este que vai possuir um papel importante para a luta pela terra na Fazenda Sítio, na qual, pertencia, ao latifundiário e ex-prefeito da cidade Joaquim Cabral de Melo.

Segundo registros documentais e falas dos agricultores, em conversas, como também nos escritos de Moreira (1997), pudemos observar que os conflitos na Fazenda Sítio deu-se início na década de 1980, após um recadastramento dos imóveis rurais do Estado. Este imóvel foi detectado pelo INCRA como latifúndio por exploração, sendo desta forma, selecionado como área prioritária para a reforma agrária dentro de um projeto especial do subprograma de Redistribuição de Terras (Proterra/Funterra). Porém o proprietário não aceitou a participar do programa, tendo como consequência, assim como determinava a lei, a desapropriação de 25% a 40%

de toda a fazenda.

Diante desta prerrogativa o então presidente da república, João Figueiredo, assina o decreto desapropriatório de nº 84. 962, no dia 23 de julho de 1980. Desde então, começam as ameaças de despejo e hostilização, por parte do dono da fazenda, como também pelo então filho do proprietário e prefeito da cidade de Dona Inês/PB, José Eugênio aos agricultores e em especial aqueles que acompanhavam o processo de desapropriação e participavam das reuniões no INCRA (MOREIRA 1997).

Vale ressaltar que as casas dos moradores de Sr. Joaquim, eram de pau-a-pique e muitas cobertas de gravatá e telhas, viviam de forma subumana. Ninguém, que residisse em suas terras, poderia plantar algum tipo de cultura, ou criar algum animal se não informasse ao dono da Fazenda. Os roçados, quando colocados pelos agricultores, tinham que ser há quilômetros de sua casa que residia. Na fazenda havia criação bovina apenas do dono da fazenda, que era em torno de 220 cabeças de gado e 14 equinos, criadas pelos moradores (Moreira, 1997). O morador, quando conseguia, a permissão para criar, não podia ascender de uma cabeça de gado.

As produções agrícolas eram limitadas, pois os moradores tinham que prestar serviços, em roços de matos, vacinação do gado, limpezas de açudes não só da Fazenda Sítio como também da Fazenda Tanques, que ficava a muitos quilômetros de distância, assim ficando impossibilitados de trabalharem as terras para produção agropecuária.

As principais culturas cultivadas pelos arrendatários, como afirma Moreira (1997 p. 658) eram “mandioca, macaxeira, milho, feijão, algodão, fava, sisal e fruteiras em especial o caju”. Além de tudo, de toda produção e criação que os moradores produzissem, tinham que dar de 25% a 50% de toda produção ao proprietário. Além disso, todos, que fossem solicitados os seus trabalhos e não comparecessem, diante “seu Joaquin”, este era ameaçado ou expulso imediatamente da fazenda.

Diante disso, ao ver a opressão que os moradores da Fazenda Sítio estavam passando, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Juntamente com a CPT, representada pela Igreja Católica, como também alguns moradores decidem lutar pela desapropriação. Deste então, os conflitos entre o dono da fazenda e seus

moradores começam a tomar forma.

Devido à representatividade política do Sr. Joaquim Cabral o decreto de desapropriação caminha a passos lentos. No ano de 1986, os moradores através de reuniões feitas nas escondidas e missas no meio do matos inicia-se um movimento organizado, que mais tarde tomaria as páginas de muitos jornais. Ainda nesse mesmo ano, os moradores por se veem escravizados, decidem por meio dessas reuniões se organizarem e realizar mutirões comunitários, acreditando que assim, poderiam ter mais forças para lutar. Como afirma Moreira (1997) “E m 17 de janeiro de 1986, a tensão agravou-se quando o proprietário, acompanhado de vários capangas, foi à fazenda e proibiu os arrendatários de “colocar roçados”, naquele ano, sob a pena de sofrerem “as maiores consequências” (MOREIRA, 1997. P. 659)”.

No ano seguinte em 1987, as ameaças intensificam-se, já que essas pessoas estavam se organizando integralmente para tirar as terras deste opressor. Deste então os moradores passaram a trabalhar com mais frequência para o dono da terra, sendo assim, obrigados a trabalhar onde "seu Joaquin" manda-se, ordenando, aos seus “empregados” á deixar muitas vezes as suas residências, e trabalhar a quilômetros de distância, deixando mulheres e filhos cuidando da casa e dos animais que os mesmos criavam escondidos, pois se Sr. Joaquin descobrisse teriam que sofrer as consequências (ameaças de morte e despejo. Em seus discursos Joaquin Cabral afirmava “esses merdas querem tomar minhas terras”, por isso, segundo os hoje assentados, este não queria que houvesse plantação, criação reuniões nem tão pouco missas em sua fazenda.

Em **18 de abril do mesmo ano, Antônio Elias, presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dona Inês/PB é ameaçado de morte**, em praça pública pelo capaz José Moreira Araújo, por apoiar desde o começo este movimento que estava se formando, que ainda sem grande repercussão no estado. Sem obter êxito de assassinar o presidente do sindicato, o senhor Joaquin consegue frear o avanço deste conflito, através de meios não convencionais. Porém, o povo estava determinado, e em **outubro do mesmo ano** em uma reunião, os moradores decidem se organizar e mais uma vez retomar os mutirões e roçados comunitários, visto que as ameaças e as proibições a respeito do cultivo agropecuário estavam deixando as famílias cada vez mais necessitadas, fato este, que chegaria mais tarde

aos ouvidos de Sr. Joaquim Cabral.

Sabendo deste acontecimento, decidiu juntamente com seus jagunços tomar uma decisão um tanto quanto equivocada, **e em 08 de dezembro a casa de Pedro Pia é derrubada**, sendo ele juntamente com outros agricultores “o cabeça” deste conflito. Contudo, não restava mais dúvida os moradores teriam que fazer algo para tirar deste opressor as suas terras, pois este estava indo muito longe com essas decisões, e foi aí, que os moradores juntamente com o padre da paróquia pedir um apoio ainda maior à CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Em 10 de Dezembro, após dois dias, grande mutirão com aproximadamente 50 pessoas é interrompido por 140 soldados federais, ocasionando grande alvoroço, tendo como consequência a **prisão de dois sem terras, sendo eles, o Sr. Paulo Pia e o Sr. Clóvis Miguel**. Tomando conhecimento do que estava acontecendo, na cidade Guarabira, o Padre Luiz Pescarmona, integrante da CPT, saiu em disparada para esta região. Chegando ao local do conflito, encontrou manifestantes todos reunidos, eram cerca de aproximadamente 200 pessoas, que gritavam incansavelmente pedindo por terras. Daí em diante, este conflito passou de pequeno para grande, repercutindo nas páginas dos jornais mais famosos da Paraíba.

No mesmo dia 10 de dezembro ainda de 1987, o padre Luiz consegue um alvará de soltura para os dois presos que se encontravam detidos na comarca de Bananeiras, e vindo eles para a fazenda, no caminho foram abordados por capangas do dono da terra, ao perceber que eles queriam-lhes assassiná-los o padre foge em disparada em direção à cidade de Dona Inês/PB, chegando eles no rio Curimataú, onde faz divisa com os dois municípios, o seu carro falta gasolina, pois na fuga seu automóvel bate em uma pedra e fura o tanque de gasolina. Ao ver que não tinha o que mais fazer todos correm sem destino para o interior da vegetação e conseguem escapar dos capangas que lhes perseguiam em cavalos.

No próximo ano em 02 de fevereiro 1988 o governo do estado, ao tomar conhecimento deste fato, assina o decreto de desapropriação da fazenda. Contudo, Joaquim Cabral de Melo por não apoiar a decisão do governador, decide na semana santa do mesmo ano destruir toda a lavoura dos posseiros, causando um grande desolamento e revolta, porém sem grande reação dos agricultores.

O pior ainda estava por vir e em **18 de abril** são baleados, em um mutirão, sete menores, um foi parar na U.T.I (Unidade de Tratamento Intensivo), mas em

meio a tanto sofrimento, no dia seguinte, o diário da união pública assina o decreto de desapropriação da fazenda, trazendo após uma grande tristeza, uma alegria, que foi festejada **em 23 de junho** com a primeira missa celebrada por Padre Luiz. E do dia **17 a 23 de setembro** do mesmo ano, acontece na área à primeira semana missionária.

Quando se pensava que estava tudo bem, **em março de 1989, 80 policiais a mando de Joaquin, espancam e ameaçam os moradores de despejo**. Porém, não obteve êxito, pois, o povo estava unido e predestinado e agora cobertos pela Lei, e em **29 de maio a emissão de posse acontece**, e o povo se maravilha por serem unidos e conquistar a liberdade tão almejada como um povo que luta e vence. **E em junho, 82 famílias** são cadastradas, e no ano seguinte em 1990 às famílias se organizam integralmente e fazem sua primeira reunião após os cadastramentos.

Finalmente em **1991 o conflito termina definitivamente**, e após a missa, que acontecem até hoje em ação de graças, no dia 29 de maio Dom Marcelo inaugura a capela erguida em agradecimento ao senhor Jesus e como sinal de um povo que luta e caminha na fé.

Hoje em meio às tantas conquistas o atual assentamento passou a ser chamado de Fazenda Sítio, pelos assentados, porém legalmente se chama Projeto de Assentamento Sítio. Hoje reside nesta localidade cerca de aproximadamente 83 famílias, sendo elas divididas em várias localidades do município da cidade de Dona Inês: Pimenta (onde está localizado a sede da associação), Pedra Lisa, Mulungú, Caco, e Seró.

Hoje esses moradores estão livres daquele opressor que os amedrontava anteriormente. Hoje os problemas são outros, conviver com o descaso político-administrativo das três esferas governamentais. Outra questão que tira o sono de muitas famílias, é exatamente as dívidas de projetos, que fizeram após a desapropriação da fazenda e hoje não conseguem quitar suas dívidas aos bancos.

3.2 POLITICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS NO PA SÍTIO

Não podemos negar que houve uma significativa mudança, na vida dos

assentados, desde a desapropriação da Fazenda Sítio em 1989 até então. Porém, muita coisa precisa mudar na educação, na saúde, no acesso ao crédito e em toda estrutura, seja ela física ou de caráter administrativo no PA Sítio. Para isso, destacaremos alguns pontos relevantes que valem ser analisados neste trabalho.

No que se refere à educação, é de fundamental importância atentar para uma problemática que circunda a educação rural. Será que a educação oferecida nas propriedades rurais, do nosso país, são direcionadas ao campo? Ou esta educação está sendo ofertada apenas *no campo*, mas não, *do campo*, como deveria ser?

Quando há um empoderamento do lugar onde se vive, há sempre uma valorização deste e conseqüentemente de sua cultura. No caso do homem do campo, quando se sente parte integrante do meio rural, não há nenhuma necessidade de deixar o campo para migrar para as periferias das grandes cidades, para usufruir de uma vida promiscua, onde seus direitos não lhe são garantidos, como nos assegura nossa constituição. E esse empoderamento só é possível graças à educação.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) a educação rural tem que sofrer algumas adequações para atender a realidade vivida por cada aluno de acordo com a região. BRASIL (2011. P. 20) afirma.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014, p. 20).

Será que a educação oferecida pelo poder público no PA Sítio corresponde com as expectativas da LDB? Será que esta flexibilização acontece na prática ou tão somente no papel? Será que os livros didáticos são os mesmos da zona urbana?. Essas são algumas problemáticas que discutiremos neste capítulo.

Na Fazenda Sítio há pelo menos três escolas, uma na Pedra Lisa com ótima estrutura de funcionamento, porém por está fechada, encontra-se precisando de reformas. Esta contém apenas uma sala de aula significativa, dois banheiros, uma cozinha com dispensa, e um pequeno refeitório e uma cisterna, de alvenaria, para armazenar água. A outra está no sítio Caco, esta é muito pequena, está abandonada, em ruínas (Figuras 1 e 2):



FIGURA 2: Escola abandonada na localidade do Sítio Caco, PA Sítio, Dona Inês/PB
Fonte: Arquivo do autor (2017)



FIGURA 3: Escola Municipal V. José Candido de Araújo na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB. Fonte: Arquivo do autor (2017)

Já a do sítio Pimenta (Escola Vereador José Candido de Araújo) é a única que funciona, e dessas a mais estruturada da Fazenda Sítio, possuindo duas salas razoavelmente grandes, possui uma cozinha com dispensa, uma pequena biblioteca, dois banheiros, refeitório e três cisternas, uma de polietileno e as outras duas de alvenaria para captar água da chuva para abastecimento da escola.

Possui também uma área de recreação coberta que serve aos alunos e a comunidade circunvizinha para práticas desportivas, como também eventos organizados tanto pela Associação do PA Sítio, quanto para eventos como aniversários, casamentos e outras festas provenientes de nossa cultura popular. Nesta área também é realizada a tradicional festa de São João em comemoração a posse da terra, que acontece todo ano, no dia 23 do mês de junho, esta que é muito esperada pelos moradores de toda cidade, pelo valor cultural que a mesma possui.



FIGURA 4: Área de recreação coberta, (ao fundo) e galpão, na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.

FONTE: Arquivo do autor (2017)



FIGURA 5: Sede da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Sítio, na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.

FONTE: Arquivo do autor (2017)

No que tange ao ensino na Fazenda Sítio, podemos analisar da seguinte maneira. No Sítio Pimenta à pelo menos 19 alunos matriculados no ano letivo de 2017, todos em idade inferior a 9 anos, divididos em duas turmas, uma no nível de pré-escola e outra no nível da primeira fase do ensino fundamental, todas funcionando do turno diurno. Esses alunos estão distribuídos em quatro localidades, Pedra Lisa, Seró, Canafístola (não faz parte do PA Sítio) e Pimenta. Em todas essas localidades a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Municipal de Educação e Cultura disponibiliza transporte, tanto para pegar, quanto para levar os alunos para suas residências.

Na escola Vereador José Candido de Araújo, (escola do Sítio Pimenta), os alunos, da primeira fase do ensino fundamental, desde 2015 participam do programa Mais Educação do Governo federal. Durante a manhã os alunos ficam presos aos conteúdos curriculares, almoçam na escola e durante toda semana praticam atividades físicas, remotas e motoras.

Não há nenhuma diferenciação significativa do ensino da zona urbana para o assentamento em questão. Os livros, o cronograma escolar, as datas de início e término das aulas são os mesmos. Apesar de haver alguns eventos exclusivos nesta comunidade ainda é considerado pouco para uma educação agrária de qualidade.

Já que é inviável uma educação de qualidade voltada ao campo, visto que, a educação básica é de responsabilidade do município e este não tem nenhum interesse de assim fazer, Acredito que pelo as atividades do Mais Educação deveriam estar restritamente ligados aos valores étnicos/culturais do PA Sítio, do camponês, para que os alunos compreendam o real valor que possui a terra. Noto que os alunos, que em sua maioria são filhos de assentados, estão no assentamento, porém não fazem parte do contexto daquela comunidade, pois há uma supervalorização de outras culturas, na qual é oferecida pelos livros didáticos, pela mídia comprada e *pela internet*.

O aluno acaba desenvolvendo involuntariamente um sentimento de revolta e preconceito contra a terra e conseqüentemente contra a agricultura ocasionando desta feita, um enfraquecimento de sua cultura camponesa. O que gera, em um futuro não tão distante, o abandono do assentamento, pois não há um empoderamento da localidade, e assim, quando este aluno cresce, procura logo os grandes centros urbanos e nunca mais volta para o assentamento.

Este é o fenômeno que está acontecendo em muitos assentamentos, e no PA Sítio não é diferente. A maioria dos Jovens ao completarem sua maioridade não quer mais viver da terra, nem tão pouco estudar para se especializar para desenvolver o assentamento, logo procuram as grandes cidades do nosso país em busca de empregos. Daqueles que lutaram pela desapropriação da fazenda em toda década de 1980 até a desapropriação 1989, os que não faleceram, já estão muito cansados para trabalharem na terra, e não há esta substituição de mão de obra no campo, terra esta que deveria passar de geração em geração.

Há uma falta de valorização da cultura do homem do campo nas escolas rurais, e uma supervalorização da educação do agro negócio que extingue, oprime e agride a consciência do homem do campo, em todas as faixas etárias e no PA Sítio ocorre este mesmo fenômeno. Mudar esta realidade é quase uma utopia.

No PA Sítio os assentados vivem praticamente da agricultura de subsistência e da mão – de – obra rudimentar. Os trabalhos mecanizados quase não existem, quando não há um corte de terra aqui outro ali, oferecidos pela Prefeitura Municipal de Dona Inês. No mais os agricultores, desde o plantio a colheita, cultivam seus alimentos de forma manual. Quadro 1.

QUADRO 1: Principais culturas encontradas e cultivadas no Projeto de Assentamento Sítio no período de 2017

NOME (CULTURA)	NOME CIENTÍFICO	LOCALIDADE ENCONTRADA
Feijão macassar	<i>(Vigna unguiculata (L.) Walp)</i>	Todas
Feijão mulatinho	<i>(Phaseolus vulgaris L.)</i>	Todas
Feijão Carioca	<i>(Phaseolus vulgaris L.)</i>	Todas
Milho	<i>(Zea mays)</i>	Todas
Fava	<i>(Phaseolus lunatus L.)</i>	Pimenta
Inhame	<i>(Dioscorea spp)</i>	Pimenta
Mandioca	<i>(Manihot esculenta)</i>	Pimenta, Seró,
Cajueiro	<i>(Anacardium occidentale)</i>	Todas
Manga*	<i>(Mangifera indica)</i>	Todas
Banana *	<i>(Musa)</i>	Todas
Jaca*	<i>(Artocarpus heterophyllus)</i>	Pimenta, Seró, Caco, Mulungu
Goiaba *	<i>(Psidium guajava)</i>	Todas
Acerola*	<i>(Malpighia emarginata)</i>	Todas
Coqueiro*	<i>(Cocos nucifera)</i>	Todas
Pinheira*	<i>(Annona squamosa)</i>	Pimenta, Mulungu e Caco
Maracujá*	<i>(Passiflora edulis)</i>	Todas
Monocultura de sabiá	<i>(Mimosa caesalpiniaefolia)</i>	Pimenta e Mulungu
hortaliças em geral	-----	Seró e Pimenta

*culturas que encontramos com frequência no PA Sítio, porém sem grande representatividade para o comércio local.

Fonte: arquivo pessoal (2017)

As principais culturas supracitadas são encontradas no PA Sítio. Em todas as localidades encontramos pequenas plantações, o que concluímos, dessa forma, que a maioria da produção produzida são para consumo próprio e pouco se comercializa, excluindo o *inhame*, a castanha do caju, a mandioca e a monocultura da sabiá. No que se refere aos pomares notamos muitos cajueiros, jaqueiras e mangueiras com copas muito alta e muitas em péssimo estado de conservação, não são plantados em conformidade, respeitando os limites de cada espécie. Chegamos a notar muitas fruteiras totalmente mortas, devido a vários fatores, como seca, pragas e mau manejo. Diante disso, podemos concluir que não há um acompanhamento técnico de manejo na área, pois se assim ocorresse, tínhamos visto pomares com copas baixas e plantas em conformidade. Ao longo das expedições encontramos principalmente ao redor das casas dos assentados algumas fruteiras, porém nenhuma plantação significativa para a economia deste assentamento.

Diante dos relatos dos assentados houve uma enorme queda na produção agrícola no PA Sítio. Na década de 1990, por exemplo, no período de junho a dezembro as três casas de farinha (Pimenta, Caco, Mulungu) do assentamento funcionavam 24 horas por dia e os sete dias da semana, haviam agendamentos para conseguir um dia de farinhada. Porém hoje, há apenas uma funcionando (Pimenta), pouquíssimos dias por ano, e se encontra em péssimo estado de conservação as outras fecharam totalmente por falta de produção (Figuras 5 e 6):.



FIGURA 6: Casa de farinha em péssimo estado de conservação, a única que funciona no assentamento. Localidade de Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB

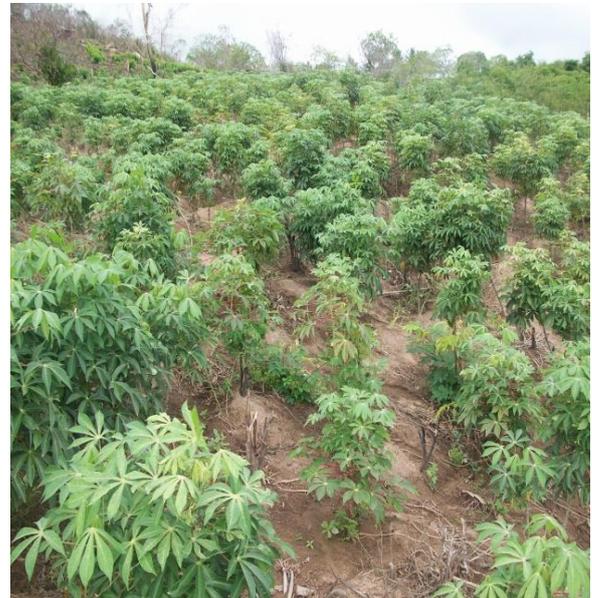


FIGURA 7: Cultivo da mandioca no lote do sr. João de Deus na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB.

É visível ao longo dos anos a ausência de agricultura no PA Sítio. Vários são fatores determinantes para este fenômeno. Alguns desses são os fatores climáticos, pois, nos últimos anos temos constatado invernos escassos, cada vez mais secas e prolongadas, dificultando assim, tanto o plantio das nossas culturas, como também inviabilizando a criação de animais para comercialização (Figuras 7 e 8):



FIGURA 8: Vista panorâmica da produção agrícola na localidade do Sítio Seró no período de 2004. FONTE: SILVA (2004).



FIGURA 9: Vista panorâmica da produção agrícola na localidade do Sítio Seró no período de 2015. Fonte: Arquivo do autor (2016).

Outro fator que leva a esta problemática é o acesso ao crédito pessoal, pois sabemos que este é muito restrito e burocrático. Apesar de haver alguns programas de incentivo à produção, para o pequeno agricultor, no PA Sítio muitos estão devendo ao banco, e isso, tem dificultado ainda mais o acesso ao crédito, poucos são os que podem ter projetos aprovados.

Para se ter uma noção clara da desorganização, a falta de apoio e capacitação dos dirigentes deste assentamento é que no início da desapropriação, o PA Sítio recebeu através do INCRA um trator completo, com arado para corte de terra, uma debulhadora, para auxiliar os agricultores na colheita de milho e feijão, com uma plaina para fazer a manutenção das estradas vicinais e um carroção para transporte de matéria prima. Recebeu também uma F.4000, 0 Km, para transporte de suas mercadorias e comercialização nos centros urbanos, não obrigando, aos assentados, a venderem sua produção aos atravessadores. Hoje esta associação de assentados não possui uma moto sequer para transportes dos funcionários da associação. Isso porque, em 2004, a associação altamente endividada se viu na obrigação de vender tanto o trator quanto a F4000, para quitar suas dívidas, deixando desta feita mais de 82 famílias sem este auxílio automobilístico, este, que era tão importante para manutenção do assentamento.

Segundo a SR/PB – 18 (Superintendência Regional da Paraíba) o PA Sítio juntamente com os demais assentamentos de Dona Inês, recebeu do MDA no ano de 2014 e 2015 cinco máquinas (uma retroescavadeira, uma motoniveladora, um caminhão caçamba, um caminhão pipa e uma carregadeira), todas para dar suporte aos assentamentos do município, porém quase nada é feito para melhorar a qualidade de vida assentados, pois o responsável pela gerencia dessas máquinas é a prefeitura municipal.

No que tange à produção agropecuária do PA Sítio, verificamos ao longo de todo assentamento, o cultivo da pecuária bovina e ovina. É notável que a maioria da renda das famílias venha da criação, não só bovina, como também, suína, aves e caprina, este último em poucas proporções. Porém, o que predomina é a produção bovina. Este fenômeno se dar devido ao relevo do assentamento, pois este é acidentado contendo poucas extensões de áreas planas, dificultado o plantio, sobrando dessa forma, as terras altas, para a criação bovina (Figura 09 e 10):



FIGURA 10: Criação da pecuária bovina no lote do senhor João de Deus na localidade de Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB. FONTE: Arquivo do autor (2017)



FIGURA 11: Criação pecuária ovina no lote do senhor Jurací na localidade do Sítio Seró, PA Sítio, Dona Inês/PB. FONTE: Arquivo do autor (2017)

Porém, os rebanhos ao longo dos anos, segundo os assentados, têm diminuindo bastante, devido à falta de água, como também a falta de pasto, obrigando-os desta forma a venderem seus rebanhos para não verem padecendo de sede e fome. Foram observadas também, em poucos lotes, pequenas plantações da

palma forrageira (*Opuntia cochenillifera*), que serve exatamente para alimentar o gado no período menos chuvoso.

Se houvesse uma conscientização dos moradores, todos os moradores poderiam plantar esta cultura, por esta se habituar perfeitamente ao clima de nossa região. O que poderia ser feito também era o armazenamento de rações no período chuvoso para as estações secas, no qual, muitos dão o nome de silagem.

Vale ressaltar que muitos dos assentados também já foram contemplados com o Projeto do Seguro Safra, que subsidia os agricultores quando há perda de até 50% da produção agrícola, porém nos últimos anos a município de Dona Inês não está inseridos nos municípios paraibanos contemplados com esta política pública.

Em relação aos recursos hídricos e tecnologias para captação de águas podemos elencar que a principal fonte de água no PA Sítio é proveniente da captação da água da chuva, através de cisterna, como também de açudes. Em nossas pesquisas *in locus* detectamos que há famílias que possuem até três cisternas para o armazenamento das águas das chuvas (Figuras 11 e 12):



FIGURA 12: Cisterna de placas do Projeto ASA (Articulação no Semi – Árido Brasileiro) no lote do senhor João de Deus, na localidade de Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB, 2017.
Fonte: Arquivo do autor (2017)



FIGURA 13: Cisterna comunitária feita de muro – situada na sede da associação na localidade de Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB, 2017.
Fonte: Arquivo do autor (2017)

Muitas dessas, são de placas de cimento arquitetada pelo Projeto ASA (Articulação no Semi-árido), algumas são de polietileno obtida através do Projeto

água Para Todos do governo Dilma em parceria com as Prefeituras municipais, como também cisternas provenientes de recursos próprios, essas são construídas de alvenaria (muro).

Também em conversas com os assentados, nos foi informado que há ainda distribuição de água gratuita uma vez por semana nos períodos de estiagem na comunidade, oferecida pelo Exército Brasileiro, esta água vem através de um carro pipa, que abastece uma cisterna comunitária encontrada na sede da associação e todos podem usufruir desta.

Ha também pelo menos quatro açudes comunitários que serve não só aos assentados como também a toda cidade, principalmente nos períodos de escassez. Exceto a Prefeitura Municipal de Dona Inês/PB, os donos de carros pipas comercializam as águas provenientes dos açudes do assentamento. Observamos também muitos açudes com pequena capacidade de armazenamento nos lotes das famílias, esses que são muito importante para o consumo diário. Muitos desses pequenos açudes foram construídos através de projetos, porém nenhum assentado soube informar qual o projeto.



FIGURA 14: Açude comunitário quase seco e assoreado que abastece todo assentamento e a cidade de Dona Inês/PB, entre a localidade de Sítio Pimenta e Sítio Seró, PA Sítio, Dona Inês/PB. Fonte: Arquivo do autor (2017)



FIGURA 15: Açude comunitário quase seco, construído em 2012 pela prefeitura Municipal de Dona Inês/PB, na localidade do Sítio Pimenta, PA Sítio, Dona Inês/PB. Fonte: Arquivo do autor (2017)

Cacimbas como a do “vei có”, “bica” e “venca” e os tanques naturais nos lajedos possuíam, na década de 1990, um valor significativo por ser fonte de água

doce na localidade do Sítio Pimenta, hoje estão praticamente abandonadas. Não há uma cultura de valorização das nascentes no assentamento. Isso se dá devido à presença de muitas cisternas e açude na área em estudo.

Outra fonte de água importante encontrada no PA Sítio foi o Rio Curimataú, as famílias ribeirinhas das localidades de Pedra Lisa, Umarizinho e boa parte do Mulungu, são dependentes das águas do rio, tanto no período de cheia quanto de estiagem, pois ao cavar seu leito, podem encontrar água que serve principalmente para matar a sede do gado. Foram observados, ainda, pelo menos dois poços artesianos no PA Sítio, um na localidade de Pimenta e outro em Pedra Lisa, ambos totalmente abandonados pelo poder público.

Em relação à saúde no PA Sítio, notamos que há um acompanhamento mensal de uma Agente Comunitária de Saúde para subsidiar as famílias em distribuição de cloro, marcar exames e acompanhar as famílias para conscientizar os assentados em relação à proliferação de algumas doenças endêmicas outras atividades provenientes de sua profissão. A maioria das casas possuem fossas sépticas. As condições hidro/sanitárias, assim como em todo Brasil são precárias. Não há sistema de tratamentos de esgotos.

Nos orçamentos democráticos municipais os assentados sempre mostraram a necessidade de um posto médico no assentamento, pois a população das localidades do Sítio Pimenta, Sítio Seró e Sítio Pedra no PA Sítio são atendidas na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Sítio Brejinho, Vizinho ao assentamento. Já os assentados do Sítio Caco são atendidos na UBS na cidade de Dona Inês, enquanto os do Sítio Mulungu são assistenciados na UBS do Sítio Serra do Sítio Vizinho ao assentamento. Há um acompanhamento médico uma vez por mês no assentamento. Que acontece na escola do Sítio Pimenta.

No que se refere às Políticas Públicas voltadas ao turismo em assentamentos rurais, particularmente desconheço. Porém, ressaltamos que este assentamento, em particular, possui um potencial turístico muito forte, apesar de não haver nenhuma infraestrutura adequada para esta prática na localidade. É notável a beleza natural ao longo de todo assentamento. Belas paisagens naturais como serras, matas e cachoeiras. Em algumas localidades é possível até enxergar tanto o nascer do sol quanto o seu poente. Diante disso, podemos concluir que o PA Sítio possui um potencial turístico muito grande, porém nada é investido para alavancar o turismo

neste lugar. A própria história de conquista da terra dos moradores seria um atrativo para muitos turistas e pesquisadores sociais.

Para ter uma ideia do potencial turístico que este assentamento possui é só observar a Mata do Seró, reserva legal e protegida por lei, possui cerca de 150 hectares, rica em biodiversidades de plantas e animais. Porém ao longo de nossas expedições notamos muitas árvores derrubadas, notamos a presença de caçadores, e cercas de arame farpado ao seu redor, o que nos leva a pensar que estas estacas, foram tiradas da própria mata. Quadro 2.

Quadro 2: Atrativos turístico no PA Sítio, localidades do PA Sítio e eventuais práticas de turismo/2017

Atrativos Turísticos	Localidade do PA Sítio	Eventuais práticas
Mata do Seró	Sítio Seró	Esportes radicais rurais, caminhadas, trilhas em diversos níveis, contemplação;
Cachoeira do Seró	Sítio Seró	Banho de cachoeira, rapel e escalada;
Pedra do sino	Sítio Pimenta	Contemplação e trilha
Pesqueira (Rio Curimataú)	Sítio Pedra Lisa	Contemplação, caminhada, trilha, banho de cachoeira, rapel e práticas de esportes radicais;
Por do sol	Sítio Pimenta	Contemplação
Mata da coruja	Sítio Pimenta e Sítio Pedra Lisa	Trilhas
Templo Católico (erguido em homenagem à desapropriação)	Sítio Pimenta	Turismo religioso, História resumida da Luta pela terra na Fazenda Sítio.

Fonte: Arquivo do autor (2017)

Em conversa com os moradores ribeirinhos foi-nos informado que esta mata vem sendo explorada há muito tempo pelos moradores da fazenda sítio, pela prática da caça, retirada de lenha para fabricação de carvão como também para cercas de arames farpados e para consumo diário.

O PA Sítio é cortado pelo rio Curimataú que proporcionam aos assentados ribeirinhos água durante o inverno, como também durante a seca em seus poços. Também este rio nos proporcionam belas paisagens naturais como a “Escorredeira da Pesqueira” (Pedra Lisa) e alguns poços naturais propícios para o banho e bancos de areia para práticas de esportes.

Por ultimo, registramos que o PA Sítio possui um grande potencial turístico, mas não possui infraestrutura física e humana para desenvolvê-lo. Não há ainda, nenhum investimento por parte do governo municipal nem tão pouco dos órgãos responsáveis pelos assentamentos, já que não cabe a esses últimos, tal ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta pesquisa pudemos observar que, assim como na maioria das lutas pela efetivação da reforma agrária, no PA Sítio houve muita luta, fé, coragem e determinação por parte dos arrendatários e moradores da localidade assim como também, ameaça, perseguição e mandonismo por parte do ex-prefeito e dono da Fazenda Sítio para a tão sonhada consolidação do Projeto de Assentamento Sítio.

Ainda pudemos observar que houve uma significativa melhora na infraestrutura desta localidade após a efetivação do Projeto de Assentamento Sítio. As casas que outrora eram de pau – à - pique agora são de alvenaria, muitas revestidas de cerâmica, com banheiros internos e foças sépticas, ainda possuem cisternas para o armazenamento de água. No que se refere à produção agropecuária, os moradores que eram submissos ao Sr. Joaquin e que não podiam trabalhar nem cultivar a terra sem a permissão deste, hoje vivem criando e plantado deliberadamente sem qualquer restrição por parte das autoridade, seja ela de qualquer natureza. Além disso, todas as propriedades são cercadas de arames farpados.

Antes da efetivação PA Sítio, praticamente não existia educação de qualquer natureza na localidade em estudo. Atualmente, os filhos dos assentados passam o dia inteiro na escola e têm todo apoio no que se refere a transporte, material escolar, fardamento, merenda, entre outros. Porém, notamos que há uma necessidade adequação ao ensino rural.

A saúde, na PA Sítio, apesar de haver significativas melhoras, está resumida a, tão somente, distribuição de cloro e visitas do agente de saúde nas casas dos assentados. Assim como em todo país, temos uma precarização no sistema de saúde nesta localidade.

Finalmente, exaltamos a coragem e determinação dos assentados desta localidade, pois estes vêm tentando se consolidar em uma terra que apresenta problemas, sejam eles, físicos, sociais ou estruturais. Com os Projetos de Assentamentos os camponeses conseguem atrair para os municípios pobres do Nordeste, importantes recursos, através de projetos que, sem os PA's, não seriam possíveis. O direito sobre a terra para moradores, onde possam plantar e viver, traz dignidade e uma nova identidade para as famílias assentadas.

REFERÊNCIAS

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste /Brejo Paraibano: Desenhos, Arranjos e Relações**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de CampinaGrande/Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

BRASIL, LDB Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11 ed.-. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>>. Acesso em 28/03/2017.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em 28/03/2017.

CANO, Wilson. **Perspectiva para a questão regional no Brasil**. V. 15. Porto Alegre: Ensaio, 1994, P. 312-320. Disponível em: <http://revista.fee.the.br>: acesso em: 01/05/2012.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária**. 2. Ed. Reform. São Paulo: Moderna, 2004.

ESCOLESE, Eduardo. **A reforma Agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

FERNANDES, Bernado Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernado Mançano. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FRANÇA, Vivaldo Luís de. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: O caso do assentamento rural Amarelinha de Cima, no Município de Pilõezinhos/PB**. Geografia e território: Planejamento urbano, rural e ambiental. V. III/ Luciene Vieira de Arruda, Belarmino Mariano Neto (Orgs.). – João Pessoa: Ideia, 2015.

HEIM, Bruno Barbosa; SILVEIRA, Jamile Silva. **História da reforma agrária e do Estatuto da Terra**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3589, 29 abr. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24312>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa de ATES**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal>. Acesso em: 05 de dez, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidades/donaines>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1987.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio de Oliveira, 1976.

MENESES, Edith Oliveira de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. **Seca do Nordeste: desafios e soluções**. São Paulo: Atual, 2002.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de Chão**. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Renata Couto et al. **Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Dez 2009, vol.47, no.4, p.919-944. ISSN 0103-2003.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano**. UFPB / NDIHR Nº 24 set/1990: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html.

MORISSOWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAKATANI, Paulo, Faleiros, Rogério Naques and Vargas, Neide César **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**. *Serv. Soc. Soc.*, Jun 2012, no.110, p.213-240. ISSN 0101-6628.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, caso prático**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 5ª reimpressão. Da 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. – (Coleção primeiros Passos).

SOARES, Diego. **O "Sonho de Rose": políticas de saúde pública em assentamentos rurais**. *Saude soc.* [online]. 2006, vol.15, n.3, pp.57-73. ISSN 1984-0470. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300006>.

STRAZZACAPA, Cristina. **A luta pelas terras no Brasil: das sesmarias ao MST**. São Paulo: Moderna, 2006.